



CONGRESSO NACIONAL

MPV-316

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00004

| | |
|---------------------------|---|
| Data 15/08/2006 | Proposição Medida Provisória nº 316, de 2006. |
|---------------------------|---|

| | |
|--|------------------|
| Autor DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA | nº do prontuário |
|--|------------------|

| | | | | |
|--|--|--|-------------------------------------|---|
| 1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> substitutivo global |
|--|--|--|-------------------------------------|---|

| | | | | |
|------------|-----------|-----------|--------|---------|
| Página 1/1 | Artigo 2º | Parágrafo | Inciso | Alíneas |
|------------|-----------|-----------|--------|---------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 2º da Medida Provisória nº 316 de 2006, o art. 21-A da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICATIVA

O nexu causal entre o trabalho e eventos que não estão sobre controle ou não recebem influência da empresa não deve ser presumido. É necessária a comprovação do nexu, de modo a traduzir que a patologia adquirida decorre do efetivo exercício das atividades na empresa.

Pela presunção proposta pela redação dada ao artigo 21-A da Lei nº 8.212 de 1991, no art. 2º da MP 316, cuja supressão se pretende, seria admissível que, moléstias endêmicas, como a malária, fossem consideradas resultantes diretas da atividade profissional, pelo simples fato da empresa estar localizada em local de alta incidência dessa patologia.

Ademais, a presunção do nexu causal pode produzir efeitos na existência da culpa ou dolo do empregador, considerando que, pela legislação civil, aquele que causa o dano é obrigado a indenizar na medida do dano causado.

Cabe destacar que a matéria não deveria ser objeto dessa medida provisória. A questão não se reveste de relevância e urgência, devendo ser objeto de projeto de lei, de modo a propiciar uma abordagem mais cuidadosa pelo Congresso Nacional. Além disso, a MPV 316 deveria se restringir à questão do reajuste de benefícios da previdência social. Quaisquer acréscimos dificultam a obtenção de consenso para sua aprovação pelo Parlamento.

PARLAMENTAR

Brasília, 15/08/2006.

DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA

